



Câmara de

FOZ

Informativo da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

Com apoio da Câmara Municipal, Instituto de Hotelaria e Gastronomia vai ampliar as ações a partir de 2023

6



3

Projeto Aprendendo a Viver recebe homenagem na Câmara de Vereadores de Foz

2

Câmara de Foz aprova sistema de proteção às mães de natimortos e com óbito fetal

4

Audiência defende Plano Municipal de arborização urbana para diagnóstico e manejo das árvores

5

Projeto Aprendendo a Viver recebe homenagem na Câmara de Vereadores de Foz

O Projeto Aprendendo a Viver foi homenageado na Câmara Municipal por meio da moção de aplauso (15/2022). A entidade atua nas áreas social, cultural e com fortalecimento de vínculos, principalmente na região de Três Lagoas.

O Projeto Aprendendo a Viver atende aproximadamente 150 crianças e atua há mais de 20 anos. Durante a homenagem, integrantes do projeto fizeram uma apresentação de dança e também de canto e violão.

A equipe técnica do projeto se fez presente: Zenaide - coordenadora técnica; Rafaela - educadora social; Gladis - administrativo; Felipe - professor de dança urbana; Jeferson - professor de artes marciais; Edvilson - professor de violão; Julia Cornetta - professora de Ballet; Flavio - professor de violino e Eliane - professora de artesanato.

A presidente do projeto, Dulce Wernke, agradeceu: "muito obrigada pelo carinho com nossa grande Três

Lagoas, nosso projeto, que é de grande importância para o bairro. Agradeço a nossa equipe, as pessoas que se dedicam com grande intensidade ao projeto. A partir de amanhã, com as emendas que recebemos, vamos ampliar projeto na Gleba Guarani", finalizou.



FOTO: CHRISTIAN RIZZI

Com discurso pela cultura da paz, Presidente do TJ-PR é o mais novo cidadão honorário de Foz do Iguaçu



O Legislativo Iguauense entregou, em Sessão Solene o Título de Cidadão Honorário ao Desembargador José Laurindo de Souza Netto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná no biênio 2021/222, em atendimento ao Decreto Legislativo nº 13/ 2022.

A honraria foi concedida em função do reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município de Foz do Iguaçu, com o programa Moradia Legal, que tratou a regularização fundiária de diversas famílias da cidade.

Com um discurso pela cultura da paz e do ser humano no centro das decisões do Poder Judiciário, o presidente do TJ-PR se tornou o mais novo cidadão honorário da Terra das Cataratas.

Em Foz do Iguaçu o desembargador José Laurindo ajudou a regularizar mais de mil moradias no bairro Morumbi III, o que contribuiu com o município e foi um

FOTO: CHRISTIAN RIZZI

passo fundamental na garantia de dignidade dessa parcela da população.

O Promotor Luís Marcelo Mafra falou em nome do Ministério Público. “É muito fácil falar do desembargador José Laurindo. Foram centenas, senão milhares de famílias contempladas pelo programa do Tribunal. Se vossa excelência já era Iguacuense de coração, agora o é por adoção legal”.

O Juiz Alexandre Calderari também fez uso da palavra: “como é bom uma cidade que está sendo vista com atenção. Quando ouvi falar do projeto da moradia, fiquei imaginando todas as dificuldades que iriam surgir. E uns meses depois já vimos as famílias beneficiadas”.

Na mesma ocasião, o desembargador recebeu a Comenda Grã-Cruz Ordem das Cataratas (em atendimento ao decreto nº 30.745/2022), honraria concedida pelo Executivo.

“O TJ vem contribuindo muito para sociedade Iguacuense. O Dr. José Laurindo, com sua simplicidade, está fazendo atos que vem engrandecendo Foz do Iguacu. Quando o Poder Judiciário coloca toda sua

instituição a serviço do povo, da cidadania, do bem-estar social, temos de reconhecer. O tribunal está presente em cada casa regularizada, cada sonho que se concretizou, de famílias que há mais de 40 anos tem posse, mas não tinham a regularização do imóvel”.

Pronunciamento do mais novo cidadão honorário de Foz

“É um momento de muita emoção, fico muito agradecido. Essa homenagem que compartilho com todos aqueles que atuam, principalmente, no poder judiciário, partilho também com servidores e todos os colaboradores que lá atuam. Priorizamos a gestão colaborativa, para buscar a solução de conflitos. Recebo com humildade a homenagem, que através da filosofia do Ubuntu, penso que juntos somos mais fortes. Colocamos sempre o ser humano como centro da justiça. E, a partir daí estabelecemos mais proximidade do judiciário com a comunidade. Estamos passando por um grande momento de conflituosidade, após a pandemia, tivemos guerra, polarização política, precisamos reconstruir a boa convivência através do diálogo. É necessário que os homens públicos venham a construir uma cultura de paz”.

Refis 2022 é analisado na Câmara Municipal

Os vereadores analisam a realização de mais uma etapa do Programa de Recuperação Fiscal de Foz do Iguacu – REFIS 2022 (**Projeto de Lei Complementar 24/2022**) em Foz do Iguacu.

Segundo o projeto enviado pela prefeitura, os contribuintes que efetivarem o pagamento à vista, dos créditos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2021 terão desconto.

As pessoas físicas e jurídicas que aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal, terão 100% de descontos nas multas de mora, juros de mora e multa de dívida ativa, incidentes sobre os créditos, para pagamento à vista até o dia 29 de dezembro de 2022.

No Refis, não se enquadram débitos relativos ao Imposto sobre a Transmissão de Propriedade Inter Vivos - ITBI. Essa etapa relâmpago do Refis possibilitará que os contribuintes possam quitar os débitos tributários neste fim de ano, quando a economia local é fomentada com o pagamento de décimo terceiro e férias.



Câmara de Foz aprova sistema de proteção às mães de natimortos e com óbito fetal

Como forma de respeitar o direito e a individualidade da mulher, a Câmara de Foz do Iguaçu aprovou um projeto de lei que deve mudar a cultura de tratamento das parturientes e puérperas, especialmente as que perderam seus filhos no momento do parto ou foram natimortos.

A nova norma municipal estabelece que as mulheres que acabaram de ganhar seus filhos deverão ficar internadas em separado das outras que tiveram perda gestacional. O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 120/2021, trata na prática da criação do sistema de proteção, respeito e cuidado às mães de natimorto e com óbito fetal nas unidades de saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde - SUS e da rede privada do Município.

As notificações da mortalidade infantil e fetal em 2020 no Brasil foram de 28.563; no Paraná, 1.035 e em Foz do Iguaçu, 45.

A matéria foi fruto de intensa discussão no Legislativo, nas comissões e também com gestores de hospital. Além da separação em espaços distintos, o projeto prevê o direito à parturiente ter uma acompanhante a sua livre escolha durante todo o período de internação.

Outro ponto garantido na normativa é de que as mulheres que se encontrarem nessa situação e precisarem de apoio psicológico devem ser encaminhadas ao serviço de acompanhamento próprio, preferencialmente na unidade de saúde mais próxima de sua residência.

Com a aprovação em 1º e 2º turnos, sanção do prefeito e publicação em diário oficial deve entrar em vigor dentro de 180 dias.



Foto: PEXELS

Legislativo aprova projeto que beneficia categoria de auditores fiscais do município

A Câmara de Foz aprovou um projeto de lei (159/2022), de autoria do Executivo, que prevê alterações na Lei 1997/1996, no que se refere ao cargo de Fiscal de Tributos do município, sendo alterada a nomenclatura para Auditor Fiscal de Receitas. Além disso, a matéria também cria a classe de consultor e acresce sete referências de vencimentos ao cargo, nas classes Júnior, Pleno e Sênior. Com aprovação em 1ª e 2ª discussões, após a sanção do Poder Executivo, a nova deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2023.

A primeira mudança é alteração da nomenclatura do cargo de Fiscal de Tributos e acréscimo de referência. A proposta uniformiza o tratamento dado à carreira do Fiscal de Tributos, que passa a ser denominado Auditor Fiscal de Receitas, assim como ocorreu em outros Municípios do mesmo porte e importância social e política de Foz do Iguaçu.



Foto: CHRISTIAN RIZZI

Com relação aos acréscimos de referência, salário inicial da carreira para Fiscal de Tributos, a proposta busca uniformizar o tratamento dado as carreiras de nível superior à carreira de Fiscal de Tributos (Auditor Fiscal de Receitas), assim como ocorreu com outros cargos do quadro do funcionalismo municipal.

Segundo o auditor do município há mais de 10 anos, Ricardo Castagnaro, são 30 servidores que serão beneficiados com a nova lei. Ainda de acordo com ele, a classe esperava por isso há 10 anos”.

Outra mudança promovida pelo projeto foi alteração do

requisito de escolaridade do cargo de Assistente Contábil na classe Pleno, que segundo a justificativa da matéria faz-se necessária para fins de promoção, tendo em vista que a única exigência para promoção à classe Pleno do cargo é Ciências Contábil.

Para ter a implementação das referências, elas deverão ser requeridas a partir do ano de 2023 nos mesmos estabelecidos na lei, por meio de requerimento com documentos comprobatórios de curso presencial ou à distância relativo à área de direito tributário, auditoria contábil, administração pública ou contabilidade, com carga horária mínima de 60 horas.

Audiência defende Plano Municipal de arborização urbana para diagnóstico e manejo das árvores

O Legislativo abriu debate sobre a substituição gradativa de árvores no Município de Foz do Iguaçu, em atendimento ao requerimento 459/2022, aprovado na Casa de Leis.

A principal defesa durante o debate foi de que seja feito um plano de arborização, contendo diagnóstico, manejo, espécies adequadas para o centro urbano.

A ideia era debater um plano municipal de arborização viável para a substituição de árvores doentes, velhas e que causam prejuízos a rede de energia da cidade. André Hipólito Xavier, biólogo pela secretaria de meio ambiente, falou como expositor na discussão e citou alguns exemplos e pontuou a necessidade do plano de arborização urbana para Foz.

Necessidade manejo correto

Amálio Espínola, eletrotécnico e técnico ambiental, falou também como expositor do assunto e destacou o manejo errado de árvores antigas, criticou desmatamento, questionou se há plano para reposição das árvores retiradas e pontuou importância da poda correta para aumentar a segurança das pessoas, eliminando galhos que podem cair e causar danos.

Além disso, ele criticou a falta de educação ambiental da sociedade. Copel e Defesa Civil monitoram situação das árvores que apresentam risco. Guilherme Bail, da Copel, afirmou: “temos um contato de 24 horas com a Defesa Civil que trata as emergências. Trabalhamos em conjunto nas ocorrências. As árvores afetam nosso principal indicador de qualidade que é a falta de energia. Quanto menos interrupção tivermos, melhor”.

Vando Cezar, da Defesa Civil, “Foz é uma cidade muito bem arborizada, mas temos árvores de espécies

inadequadas para o espaço urbano. Então temos uma infinidade de situações”.

Marcos Silva, diretor de arborização da secretaria de meio ambiente, destacou: “estamos trabalhando com podas regionalizadas. Antes de acontecerem tragédias, nós retiramos árvores que não têm condições de ficar. São feitas doações de mudas. No que se refere à educação ambiental, fizemos um convênio com JL e eles reformaram todo barracão e está sendo montado centro ambiental. A ideia é que a população e escolas conheçam as trilhas”.
Tribuna livre

João Carlos Miranda, cidadão, afirmou: “depois de longos anos estou vendo que no meu bairro a prefeitura faz a poda das árvores. Porque você fazer um protocolo é um processo demorado. Outra sugestão que dou é que cada residência tivesse uma árvore plantada em frente a sua casa e gostaria que a Câmara ou Prefeitura criasse um projeto que motivasse o cidadão a plantar árvore, que desse alguma isenção e conscientizasse a necessidade das árvores na cidade”.



Foto: CHRISTIAN RIZZI

Fundador da rede Mabu recebe moção de aplauso (In memorian) da Câmara de Foz

A Câmara de Foz entregou uma moção de aplauso (06/2022) a Alberto Abujamra (In memorian), fundador da Rede Mabu de Hotéis. Dr. Alberto entrou para o ramo da hotelaria em 1973, inaugurando o Mabu Hotel. Em 1992 inaugurou o Mabu Parque, centro de convenções. Em 1997 abriu o Mabu Thermas Grand Resort.

Ele foi presidente do grupo, que gerou mais de 700 empregos diretos. Na cidade de Curitiba ele fundou vários restaurantes. Ele era Libanês, da cidade de Zahle. O empresário e também advogado, faleceu em 2006, aos 83 anos de idade.



FOTO: CHRISTIAN RIZZI

Com apoio da Câmara Municipal, Instituto de Hotelaria e Gastronomia vai ampliar as ações a partir de 2023

O Instituto de Capacitação em Hotelaria, Gastronomia e Turismo - IHGT foi declarado de utilidade pública, por meio do projeto de lei (149/2022). O instituto desenvolve programas de ensino profissionalizante para jovens e adultos, com foco na inserção do mercado profissional.

O instituto atua na oferta de cursos de formação, capacitação e qualificação da mão de obra. "Vamos fazer mais convênios para cumprir uma demanda que se impõe hoje que é a contratação de colaboradores especializados em atender bem os turistas que visitam Foz do Iguaçu", disse Marcelo Martini, presidente do Sindhotéis, responsável pelo instituto.

Pela lei, o instituto deve apresentar à prefeitura até 30 de abril, relatório dos serviços prestados no anterior e em 30 dias, o documento deve ser enviado em 30 dias à Câmara Municipal.

A lei ficará sem efeito em caso de mudança estatutária ou negar-se prestar serviços à coletividade ou quando solicitados pela municipalidade O IGHT não poderá al-

terar sua denominação e eleger nova diretoria após esta declaração de utilidade pública e deixar de comprovar a idoneidade moral de seus novos diretores.



FOTO: A SESSORIA

Estrutura

O Instituto de Hotelaria, Gastronomia e Turismo foi inaugurado em 19 de maio de 2016, na gestão do empresário Carlos Silva no Sindhotéis. Com 1.500m² de área construída em três pavimentos, tendo uma cozinha-escola com 500m², conta com estrutura para realizar treinamento, confraternizações e eventos gastronômicos, com salas de aula, auditório para 150 pessoas, uma suíte de 75 m² para aulas de governança e camarreira (o), e laboratórios para eventos e turismo, entre outras atividades.

Marcelo Martini afirma que o instituto é um braço do Sindhotéis que vem cumprir a sua função social e reforça que com o reconhecimento de utilidade pública, o IHGT “passa a ter legitimidade para firmar convênios com o poder público e outros órgãos, qualificando novos colaboradores para a categoria e também ofertando oportunidades de cursos profissionalizantes para jovens em vulnerabilidade social”.

O presidente do sindicato afirmou que em breve o instituto terá declaração de utilidade pública estadual, também através de lei, o que permitirá atuar junto a empresas que podem optar em fazer doação de uma parte do imposto devido e firmar convênios com os órgãos estaduais.

Abraham Lincoln e Ricardo Piovesan, coordenadores do Moradia Legal, são os novos cidadãos honorários de Foz

Às vésperas da maior entrega de títulos de regularização fundiária, do programa Moradias Legal em Foz, a Câmara entregou, em Sessão Solene, Títulos de Cidadãos Honorários aos senhores Abraham Lincoln Merheb Calixto.

Abraham Lincoln Merheb Calixto foi criador do Programa Moradia Legal do TJ - PR e é seu coordenador no estado. Ricardo Piovesan, homenageado nesta noite, também é coordenador do Programa Moradia Legal, programa instituído em 2020 para garantir dignidade, inclusão social e segurança jurídica à camada mais carente da população, dando celeridade aos processos de regularização fundiária.

Durante a entrega da honraria foi exibido um vídeo com depoimentos de familiares, colegas de trabalho, filhos, destacando a importância do reconhecimento ao trabalho realizado pelos homenageados.

Pronunciamentos novos cidadãos honorários de Foz

Abraham Lincoln Merheb Calixto agradeceu e proferiu algumas palavras: “Procurei sempre proferir justas decisões. Alguns dizem: é extraordinário ser juiz. Mas é uma vida construída de sentimentos e dores dos semelhantes. Eu muito ainda teria por fazer na terra amiga e querida de Foz, mas as imposições da carreira não permitiram. Volto agora como desembargador e com isso pude trazer a minha querida Foz do Iguaçu um projeto que atende a população mais necessitada da cidade”.

Ricardo Piovesan externou: “hoje sou Iguaçuense, isso me honra muito, me deixa muito feliz fazer parte dessa cidade que é o esplendor do Paraná. Quero agradecer a minha

família que está aqui. Foi um esforço muito grande trazer-mos o programa pra cá, muita gente se empenhou para que ele acontecesse e se tornasse o sucesso que é hoje. Esse programa é sensacional, traz cidadania, senso de pertencimento a essas pessoas. Todos os envolvidos ganham porque regularizamos uma terra. O direito à moradia é o mais urgente, depois do direito à vida”.

Pronunciamento prefeito Chico Brasileiro

“Agradeço aos dois homenageados pelo empenho no programa moradia legal. Tivemos a oportunidade de levar a demanda da necessidade de regularização fundiária do município. Sempre vivemos com as pessoas batendo à porta da prefeitura, dizendo que estavam há 30 ou 35 anos morando no imóvel, mas sem ter a titularidade e não poderia deixar a herança para família”.



FOTO: CHRISTIAN RIZZI

Presenças na cerimônia

Participaram da cerimônia, a Desembargadora Ana Carolina Zaina, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná; Luis Marcelo Mafra Bernardes da Silva - Promotor de Justiça, representante do exmo. Sr. Procurador-geral de justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Gil-

berto Giacoia; Adriana Accioly Gomes Massa - representante do GMF (grupo de monitoramento e fiscalização do sistema de socioeducação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná); Diego Rodrigues Dias, representante do Depen; Desembargadora Joeci Machado Camargo, 2ª Vice-presidente do TJ-PR.

Vereadores mirins, do projeto Parlamento Jovem, são empossados pela Câmara de Foz

A Câmara municipal de Foz do Iguaçu empossou os vereadores mirins, alunos do Colégio Estadual Presidente Tancredo de Almeida Neves, que participaram desta edição do projeto Parlamento Jovem e foram diplomados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), em 28 de julho deste ano.

Foram empossados os estudantes que participaram do programa de formação de consciência política: Maria Eduarda Ramires Daniel, do 9º ano; Jennifer Ramos Machado, do 9º ano; Kauã Vinícius da Silva Vargas; do 1º ano; Geovana Gomes da Silva, 2º ano. Os alunos foram eleitos em junho e diplomados no mês subsequente. Participaram do evento, os vereadores: Helen Dias Friedrich, Chefe do Cartório 147ª zona eleitoral e Tenente Marcelo Ansbach, Gestor educacional do colégio Tancredo Neves.

Maria Eduarda Ramires Daniel fez uso da palavra: “fico feliz de estar aqui representando meu colégio, como vereadora mirim mais votada. Durante minha campanha, defendi uma lei que já existe, que prevê serviços de psicologia na rede de educação. Quero fazer um apelo que no máximo de urgência seja efetivada a lei”.

Kauã Vargas também se manifestou: “desde criança sonho em começar uma carreira na política, então estou muito orgulhoso de chegar aqui e entender a necessidade do povo”. Jennifer Ramos Machado também agradeceu a oportunidade de participar do projeto. Giovana Gomes da Silva agradeceu a comunidade escolar e autoridades presentes: “prometo fazer jus ao meu cargo, no caminho da lei e da justiça. Espero que junto com meus colegas façamos um bom trabalho em prol da comunidade”.

Valéria Ramires Daniel - Diretora do Colégio Estadual Cívico-militar Tancredo de Almeida Neves pontuou: “o projeto trouxe muita informação aos nossos alunos, não só os que participarem como vereadores,

mas a todos os estudantes que participaram do processo eleitoral na escola”.

Jillian Servat - Coordenador Executivo da Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) também externou: “hoje foi excelente oportunidade para conhecer um pouco do funcionamento da Escola Judiciária. A gente percebe que vocês (vereadores mirins) já têm capital político sendo construído. Vocês serão multiplicadores de boa informação, contra as indesejadas fake News”.

Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz Diretor do Fórum Eleitoral de Foz do Iguaçu afirmou: “esse é um momento bastante importante para nós da Justiça Eleitoral. Mostrar ao nosso país, a nossa população, a importância da participação na vida política. O homem é um ser político, porque a gente não vive sozinho. Precisamos da nossa juventude envolvida com futuro da nossa sociedade, do nosso país”.



FOTO: CHRISTIAN RIZZI

Câmara amplia discussão sobre orçamento para 2023; vereadores agora trabalham nas emendas impositivas

A Câmara de Foz abriu ampla discussão sobre o orçamento de 2023, que contou com participação da comunidade. Estiveram presentes vereadores; Darlei Finkler, Diretor de Gestão Orçamentária; Lourenço Kurten, secretário de turismo; Tenente-coronel Jahnke, secretário municipal de segurança pública; Jaqueline Tontini, secretária de saúde e Kellyn Trento, secretária de direitos humanos.

Construção do orçamento

“O que apresentamos aqui hoje é o que depois de muito trabalho conseguimos chegar. Isso, de fato é a demonstração da democracia, da sociedade poder discutir quais rumos são importantes”, pontuou Salete Horst, secretária da Fazenda.

Darlei Finkler fez uma exposição de como é construído o orçamento e o que é levado em consideração para estimar receitas e despesas. “O que determina o tamanho do orçamento é a capacidade de arrecadação. Ele falou um pouco sobre a questão do Fundeb, devido à queda de repasse da cota parte do município do ICMS. “O Principal componente do Fundeb é ICMS, 65% da sua composição”, disse Finkler. No orçamento enviado pelo Executivo, a estimativa é que Orçamento total seja de R\$ 1,611 bilhões, desdobrado da seguinte forma: R\$ 883,2 milhões para Pessoal e Encargos Sociais, sendo R\$ 674 milhões para servidores ativos e entidades subvencionadas, R\$ 209 milhões para aposentadorias e pensões; R\$ 13,5 milhões para Juros e Encargos da Dívida; R\$ 587,6 milhões para Outras Despesas Correntes (Custeio); R\$ 54,3 milhões para Investimentos e Inversões Financeiras; R\$ 14 milhões para Amortização da Dívida; e R\$ 58,4 milhões para formação de Reservas Futuras para o Fundo Previdenciário.

Lourenço Kurten, secretário de turismo, destacou “estamos muito felizes, no último feriado tivemos 33 mil visitantes, temos vários eventos em andamento na cidade. Nosso objetivo é crescer sempre mais”.

Cortes de repasses federais para área social

Elias Oliveira, secretário de assistência social, falou sobre os cortes federais das políticas sociais enfrentados pelo município com redução drástica do orçamento: “já recebi com muita felicidade a notícia de que o conselho nacional do idoso retoma no dia 02 de janeiro de 2023 e o recurso também. Hoje estamos vivendo com corte de 95% dos recursos do governo federal pactuados. No município, conseguimos

manter e avançar, apesar dos cortes de repasses federais de todas as áreas: idoso, mulher vítima de violência, políticas das áreas da criança e adolescência”.

Sinprefi

Viviane Jara Benitez, presidente do Sinprefi, pontuou: “educação não é gasto, é investimento, ainda que seja merenda, pagamento de funcionários. O que nos havia sido apresentado é que teríamos previsão orçamentária de 350 milhões e não os 311 milhões que ficaram fixados.

Temos ampliação de vagas em escolas em período integral, temos fila de espera para unidade de educação infantil de 4 mil crianças e o que nos foi passado pela secretaria de educação era zerar essa fila e ampliar unidades em período integral. E essa conta não vai fechar”.

Sismufi

O presidente do Sindicato dos servidores municipais pontuou: “Temos a questão específica da reposição, temos retroativos a receber. Temos ainda 5,21% da data base anterior para repor e será medida em abril a nova data base. Então temos essa preocupação no sindicato para resolver”.

Remanejamento de recursos via emenda dos vereadores

A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê possibilidade de remanejamento de recursos que o município terá de cumprir. Isso se chama emendas impositivas. Os parlamentares têm direito de remanejar 1.2% da receita corrente líquida prevista para o ano seguinte, dividida entre os 15 vereadores. Neste ano, cada vereador poderá remanejar, via emenda, R\$ 1.079.122,54, considerando que metade desse montante deve ser destinado, obrigatoriamente, para a saúde.

